

# Anatomia das desigualdades nas eleições

» EDUARDO PEREIRA NUNES

Conselheiro do Cedra, economista, doutor em ciência econômica e professor da Universidade Cândido Mendes. Foi presidente do IBGE

» WANIA SANT'ANNA

Conselheira do Cedra, historiadora e pesquisadora de relações raciais e de gênero. É presidenta do Conselho de Governança do Ibase

Questões cruciais para a melhoria da qualidade de vida da população brasileira estão em jogo em uma eleição municipal. Pessoas candidatas às prefeituras e às câmaras de vereadores têm a oportunidade e a responsabilidade de propor soluções nas áreas de mobilidade urbana, saúde, assistência social, educação e habitação, entre tantas outras que estão sob a gestão do município. Nesse contexto, é fundamental que as políticas públicas tenham como premissa a redução das desigualdades sociais, sobretudo as raciais.

É nas cidades que os impactos das disparidades se refletem nas condições de vida da população negra, a mais afetada pelas situações cotidianas de discriminação. De acordo com os estudos produzidos pelo Centro de Estudos e Dados sobre Desigualdades Raciais (Cedra), os abismos sociais entre negros e brancos começam ainda na gestação, no pré-natal, e são perpetuados ao longo da vida, dificultando o acesso ao trabalho digno, à moradia apropriada e à educação de qualidade.

Frete a esse cenário de disparidade social e racial é preciso que os recursos e as políticas públicas priorizem famílias e comunidades predominantemente negras do país. O processo eleitoral 2024 está impactado por um debate político medíocre que polariza e desqualifica o processo democrático. As propostas necessárias ficam em segundo plano, perpetuando métodos históricos de clientelismo que, na prática, inviabilizam agendas progressistas e verdadeiramente comprometidas com a inclusão social, plena defesa e promoção dos direitos humanos e o enfrentamento ao racismo e a outras formas de discriminação.

Por esses motivos, chama atenção o fato de poucas candidaturas enfatizarem propostas, políticas públicas e estratégias para a redução das desigualdades raciais, o principal entrave ao desenvolvimento e à justiça social. Dessa forma, bilhões de reais serão gastos nas eleições, mas



a vulnerabilidade da população negra persistirá. Por outro lado, as mulheres e os homens negros, na política, que podem ser o contraponto à ausência do debate social e racial nas propostas, têm sido submetidos a arranjos do sistema político partidário que dificultam suas campanhas e candidaturas. Um exemplo dessa realidade está em curso nesta eleição.

Menos de 24 horas antes do início das campanhas (16 de agosto), os partidos aprovaram, em imensa maioria, a anistia ao descumprimento da Lei Eleitoral, a PEC 9/2023, que destinava cotas de recursos às candidaturas de

mulheres e pessoas negras. Com isso, impuseram um retrocesso e a retirada de quase R\$ 1 bilhão para essas candidaturas no processo eleitoral de 2024.

Mesmo em maioria, os candidatos negros receberam, até o fim de setembro, 38,63% dos recursos declarados, segundo a plataforma *72horas.org*. Dessa forma, a representatividade de gênero e racial nas eleições municipais deste ano partem de um quadro objetivo de vulnerabilidade e de competição desigual. São vozes abafadas! Sem recursos, os esforços de divulgação de suas campanhas e propostas dependem do “corpo a corpo”, o que é um árduo trabalho de construção em meio à avalanche de recursos direcionados aos marqueteiros e às redes sociais.

O resultado desse perverso processo eleitoral de 2024 será, mais uma vez, a subrepresentação das mulheres negras. Segundo levantamento do Observatório Brasileiro das Desigualdades, nas últimas eleições municipais (2020), apenas 12% das prefeituras tiveram mulheres eleitas para o Poder Executivo, das quais somente 4% eram negras. Já nas câmaras municipais, só 16% das vagas foram ocupadas por mulheres, sendo apenas 6% mulheres negras.

O Brasil é o país das pirâmides invertidas! A maior parte da população é jovem. A maioria é negra. Domicílios com pessoas negras são maioria.

As mulheres negras são responsáveis pelas moradias de menor renda domiciliar. No entanto, na escala eleitoral, essa parcela majoritária da população não é particularmente apontada como grupo que mereça atenção especial às suas necessidades e interesses.

Na esteira do descaso, as interdições e ínfima destinação de recursos às campanhas publicamente comprometidas com a mudança completam o cenário de vulnerabilidade de nossa democracia. Ou seja, resultados de baixa representação de pessoas negras em prefeituras e câmaras de vereadores não são fruto do acaso, são projetos políticos de longo curso. Até quando?

## Importância das campanhas de saúde para mulheres e seu impacto na sociedade

» GISELLE FERREIRA

Secretária da Mulher do Governo do Distrito Federal (GDF)

Este é um mês especial, marcado por uma importante campanha de conscientização e prevenção, o Outubro Rosa. Vestimos a cor rosa em prol de uma causa nobre: a conscientização e prevenção do câncer de mama e a importância da saúde primária na luta contra essa doença que afeta milhares de mulheres em todo o mundo. Como secretária da Mulher, destaco a relevância das campanhas de saúde direcionadas às mulheres e o impacto positivo que essas iniciativas têm na proteção e na promoção da saúde feminina, contribuindo para uma sociedade mais saudável e igualitária.

O Outubro Rosa é um movimento internacional que surgiu na década de 1990, com o objetivo de sensibilizar a população sobre a importância do diagnóstico precoce do câncer de mama, estimulando a realização de exames e promovendo ações de conscientização. A campanha tornou-se um marco na luta contra a doença, colaborando para a redução da mortalidade e para a melhoria da qualidade de vida das mulheres.

De acordo com o Instituto Nacional de Câncer (Inca), essa doença é a mais incidente em mulheres no mundo, com aproximadamente 2,3 milhões de casos novos estimados em 2022. É também a causa mais frequente de morte por câncer nessa população, com 666.103 óbitos estimados para esse ano. No Brasil, é também o tipo de câncer que mais afeta as mulheres de todas as regiões, após o câncer de pele não melanoma.

As campanhas de saúde para as mulheres desempenham um papel crucial na conscientização e educação da população feminina sobre a importância da prevenção, do autocuidado e do acesso aos serviços de saúde adequados. Essas iniciativas contribuem para a redução da

mortalidade materna, o combate à violência de gênero, a promoção da saúde mental e o enfrentamento de doenças como o câncer de mama e o do colo do útero, entre tantas outras. Essas iniciativas são essenciais para salvar vidas.

Reconhecer que as mulheres enfrentam desafios e necessidades específicas em relação à sua saúde que, muitas vezes, são negligenciadas ou subestimadas é fundamental. Questões como saúde reprodutiva, prevenção e tratamento de doenças crônicas, saúde mental e bem-estar são indispensáveis para o pleno desenvolvimento da sociedade. Diante disso, foi instituído entre as secretarias da Mulher e de Saúde o Programa Cuide-se, com o objetivo de implementar políticas públicas para o fortalecimento da linha de cuidados da saúde da mulher no Distrito Federal. O programa realiza, de forma itinerante, ações de promoção da saúde física e mental, com foco no fortalecimento do cuidado e da qualificação dos serviços de saúde para atendimento humanizado e especializado, com foco nas grandes campanhas institucionais.

Além disso, as campanhas de saúde para mulheres têm o potencial de impactar positivamente toda a sociedade, promovendo a equidade de gênero, a valorização da diversidade e o respeito aos direitos humanos. Ao garantir o acesso universal e igualitário aos serviços de saúde, estamos construindo uma sociedade mais justa e inclusiva, em que todas as mulheres possam viver com dignidade e bem-estar.

Neste mês, inúmeras ações são realizadas em todo o país, e também no DF, como palestras, caminhadas, iluminação de prédios públicos com cor rosa, eventos culturais, distribuição de materiais informativos e mutirões de saúde. É fundamental que todas as mulheres estejam atentas aos sinais de câncer de mama e realizem regularmente o autoexame e a mamografia,

pois o diagnóstico precoce aumenta significativamente as chances de cura.

Nesse contexto, a saúde primária desempenha um papel crucial na prevenção e no controle do câncer de mama. Por meio de um sistema de saúde forte e acessível, as mulheres têm a oportunidade de realizar exames de rotina, como a mamografia e o autoexame das mamas, além de receber orientações sobre hábitos saudáveis e fatores de risco. Investir na saúde primária é investir no futuro das mulheres, garantindo que tenham acesso a serviços de qualidade e cuidados adequados em todas as fases da vida.

A Casa da Mulher Brasileira, em Ceilândia, é o ponto focal no DF para as mulheres terem acesso aos mais diversos serviços e eventos relacionados ao desenvolvimento e à proteção do público feminino. Mais quatro unidades serão entregues ainda em 2024 para fortalecer a rede de apoio ao público feminino e aumentar o número de locais para as campanhas e ações voltadas à saúde das mulheres da capital federal.

Neste mês, convido as mulheres a se engajar nessa causa, cuidando da sua saúde e incentivando suas amigas e familiares a fazerem o mesmo. Peço a todas que se envolvam em atividades de saúde, buscando informações e realizando exames preventivos. Juntas, podemos transformar a realidade e construir uma sociedade mais justa para nós. Unidas, podemos vencer o câncer de mama e construir um futuro promissor, contribuindo para a melhoria de toda a sociedade.

Que o Outubro Rosa seja um momento de reflexão, solidariedade e ação, fortalecendo a nossa luta por um país inclusivo e igualitário. E que as campanhas de saúde para mulheres continuem sendo um instrumento de empoderamento, cuidado e transformação.

## Visto, lido e ouvido

Desde 1960

Circe Cunha (interina) // [circecunha.df@dabr.com.br](mailto:circecunha.df@dabr.com.br)

## Princípio da independência dos softwares

Com a aproximação das eleições municipais, mais uma vez, volta ao debate a questão das urnas eletrônicas. É preciso destacar que, nas eleições para presidente, governadores, deputados e senadores em 2026, essa discussão ganhará mais intensidade, mostrando que o assunto, ao contrário do que fazem acreditar aqueles que defendem esse mecanismo, não está pacificado. Pelo contrário, a cada ano que passa, mais eleitores e especialistas voltam a questionar os tabus e barreiras que foram erguidos em torno desse tema.

Talvez mais importante até do que discutir esse tema seja implementar uma auditoria dos pleitos pela adoção do voto impresso. Somente o voto impresso, aliado às urnas eletrônicas, terá o condão de pacificar esse assunto. Nesse sentido, vale a pena conhecer o pensamento do professor e pesquisador Diego Aranha, um dos maiores especialistas em nosso país sobre o sistema de votação eletrônico. Lembrando que ele foi o coordenador de equipe durante os testes de segurança organizados pelo TSE nas eleições de 2012 e 2017.

Nesses trabalhos, foram conferidas questões técnicas de segurança, transparência, bem como a comparação da experiência brasileira com o restante do mundo. Para o professor, a questão do voto impresso vem sendo discutida desde então e foi desses debates técnicos que surgiu, aqui e em outros lugares do mundo, o chamado Princípio da Independência dos Softwares. Chegou-se à conclusão de que um sistema de votação eletrônico é considerado seguro e transparente se e somente se puder ser verificado de maneira independente do software. “Se você quer auditar um software para saber se seus resultados são corretos, você utiliza um conjunto de evidências que seja produzidas de maneira independente do software”.

É o caso aqui de pesquisar se, na produção de dados de um software de uma determinada eleição, foi verificado nos registros eletrônicos que esse software se comportou de maneira maliciosa ou foi adulterado. Isso pode significar que os registros produzidos por esse meio não sejam mais íntegros, o que leva à conclusão de que não se pode mais utilizar esses registros para auditá-lo de maneira segura.

Dessa forma, deve existir, segundo ensina o pesquisador, sempre um conjunto de evidências que sejam independentes desse software. É essa a prática que vem sendo utilizada em todo lugar em que existe o voto eletrônico, e o Brasil, até por respeito aos cidadãos eleitores, não deveria estar fora dessa prática. Na verdade, é esse modelo que vem sendo proposto desde os anos de 1990, quando teve início a ideia do voto eletrônico.

O que se verifica, até de modo sintomático, é que, desde o surgimento e tentativa de implementação das primeiras urnas eletrônicas, existiu paralelamente uma preocupação do legislador de apreender um conjunto de leis e regulamentos em favor da auditoria feita pelo voto impresso. Muitas foram as aprovações de leis que disciplinavam esses registros de modo confiável e aceitável pelo eleitor.

Outro ponto a destacar é que, nas eleições, os eleitores são os verdadeiros protagonistas dos pleitos, sendo que sua vontade, dentro e fora das cabines de votação, é que deve prevalecer. Além disso, é preciso deixar claro que essa discussão, caso tivesse ficado apenas em seus aspectos técnicos, nada das atuais alegações para negar o voto impresso estaria acontecendo. Foi quando esse debate passou a ganhar as colorações políticas e ideológicas que o tema ganhou o status de tabu, sendo proibido pelo TSE.

Então, técnicos que estiveram envolvidos nessa discussão entendem e defendem que esse sistema tenha um registro físico, para que as possíveis falhas não sejam aceitas. Países que, de uma maneira ou outra, passaram a utilizar a votação eletrônica, convenceram-se da necessidade de adotar o registro físico do voto para que todo o pleito não ficasse com máculas de incertezas e para garantir que futuros processos judiciais tenham amparo em algo que é material e palpável e, portanto, plenamente aceitos pela Justiça de modo incontestável.

É preciso que os protocolos de auditoria sejam resolvidos sem maiores discussões e incertezas no campo eletrônico. A implantação completa do sistema eletrônico de votação só se dará por finalizada com a possibilidade de apoiá-lo em evidências materiais. Afinal, provas materiais são amplamente aceitas em processos jurídicos.

### » A frase que foi pronunciada:

“A democracia em si não está na votação, está na contagem e publicação dos votos.”

Tom Stoppard

### » História de Brasília

Recuando um pouco, não tomaria, também, o jardim da prefeitura, e manteria a estética. Aos lados, está impedindo a manobra dos carros nos balões de retorno. (Publicada em 18/4/1962)